O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NA CONSERVAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DA MATA ATLÂNTICA

Marcilene Borsonelli*; Ana Carolina Loss

Universidade Federal do Espírito Santos – UFES

*e-mail para correspondência: marcileneborsonelli@gmail.com.

Conservação

A Mata Atlântica é considerada como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, possuindo dois principais marcos legais que estabelecem normas para a proteção e uso de sua vegetação. Um deles é a Lei da Mata Atlântica (Lei n°11.428), implementada em 2006, e o segundo é a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei n°12.651), conhecida como "novo Código Florestal". Essa lei foi implementada em 2012 e substituiu o Código Florestal de 1965. Considerando a importância da Mata Atlântica para a conservação da biodiversidade, o presente estudo visa discutir o impacto da legislação brasileira na conservação desse bioma. Para isso, foi utilizada a extensão da Mata Atlântica definida pelo Mapa de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, pois além de ser o instrumento utilizado na adoção de políticas públicas ambientais, é também mais abrangente. Para realizar os cálculos de perda de vegetação, foram utilizados os mapas de uso e cobertura da terra (LULC) gerados pelo Projeto Mapbiomas – Coleção 8 no período de 1998 a 2019. Primeiramente, foram identificadas as classes LULC do MapBiomas que representam as florestas e os cálculos foram realizados dentro da plataforma Google Earth Engine (GEE). As análises revelam que os remanescentes de vegetação da Mata Atlântica representam cerca de 30% de sua área total. A maior perda de cobertura vegetal ocorreu no período de 1998-2003, uma redução de cerca de 0,36%, que corresponde a uma área de cerca de 465 mil hectares (aproximadamente 465 mil campos de futebol). Após a implementação da Lei da Mata Atlântica, período de 2005-2012, houve a recuperação de cerca de 0,26% de vegetação (cerca de 336 mil hectares). Já no período de 2012-2019, que corresponde ao período após a implementação da Lei de Proteção da Vegetação Nativa, a Mata Atlântica registrou uma recuperação de cerca de 0,02% (cerca de 30 mil hectares). Esses dados corroboram com estudos que discutem as consequências das mudanças adotadas na Lei de Proteção da Vegetação Nativa para a conservação da vegetação brasileira. Muitos ambientalistas consideram essas mudanças como um "afrouxamento" na legislação. De modo geral, considera-se que a legislação teve um impacto positivo na conservação da cobertura vegetal da Mata Atlântica, demonstrando sua importância para a proteção desse bioma e sua rica biodiversidade.

Palavras-chave: Mata Atlântica. Legislação. Mapbiomas.